

A EDUCAÇÃO POPULAR COMO ESTRATÉGIA DE ENFRENTAMENTO DA QUESTÃO SOCIAL

Daniela Quadros Da Silva

Resumo

Este estudo tem como temática “educação popular e questão social”. Ele objetiva estabelecer articulações entre a questão social e a educação popular no sentido de problematizar a potencialidade desta para o enfrentamento da questão social em suas múltiplas expressões. Está organizado de forma a contextualizar o debate em torno da questão social pensando em seus desdobramentos, especialmente na educação, e também a pensar a educação popular, a partir dos movimentos sociais enquanto ferramenta potente para desvelar as manifestações da questão social e a elas resistir e se opor, exigindo alternativas para o seu enfrentamento. Quanto ao percurso metodológico, foi realizada uma pesquisa bibliográfica com a posterior sistematização dos materiais considerados mais pertinentes através de fichas de leitura, facilitadoras do processo de construção do texto. O trabalho está norteado pela concepção histórico-crítica. Sem a pretensão de esgotar todas as problematizações que emergem do tema abordado, espera-se que as discussões aqui apresentadas contribuam para fomentar novos debates e aprofundamentos teóricos diante da atual conjuntura.

Palavras-chave: Educação Popular. Questão Social. Movimentos Sociais.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Ao buscar estabelecer interconexões entre a questão social e a educação popular, acredita-se ser pertinente ressaltar o desafio contido nesta proposta, tendo em vista a carência de debates já realizados que busquem identificar possíveis interfaces entre essas duas temáticas. Por isso, não se pretende esgotar todas as problematizações que emergem delas, mas sim trazer contribuições a partir deste estudo no intuito de fomentar novas discussões e instigar o desenvolvimento de pesquisas na área.

Considera-se relevante essa proposta de discussão por entender que as reconfigurações sofridas no âmbito do Estado, que redimensionam a questão social, não só trazem implicações importantes para a educação, enquanto política social veiculadora de um direito de cidadania, como também permitem que se reflita sobre seu papel enquanto potencializadora de uma apreensão crítica da realidade, capaz de desvelar a questão social, reconhecer suas expressões e a elas resistir exigindo novas formas de enfrentamento.

Assim, o objetivo deste trabalho consiste em estabelecer articulações entre a questão social e a educação popular no sentido de problematizar a potencialidade da educação popular para o enfrentamento da questão social em suas múltiplas manifestações.

Considera-se questão social, como sendo o “conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado” (IAMAMOTO, 2001, p. 16).

Além desta dimensão de desigualdades, pode-se conceber também que constitui questão social as diferentes formas de resistências/rebeldias por parte dos sujeitos que as vivenciam, uma vez que só passou a ser enfrentada pela sociedade burguesa, via políticas sociais, porque foi publicizada e denunciada pela classe trabalhadora (HEIDRICH, 2006).

O primeiro item deste trabalho versa sobre este entendimento de questão social, norteador dessas discussões, além de contextualizar seu surgimento e suas reconfigurações no Estado capitalista contemporâneo, refletindo especialmente sobre as suas implicações no âmbito educacional.

Um segundo item do trabalho apresenta as possíveis relações entre a educação popular e essa questão social, buscando identificar o possível potencial da educação popular, cujas práticas caminham em uma perspectiva emancipatória, para o enfrentamento da questão social nas suas mais distintas expressões no cenário contemporâneo.

Com base nisso, um subitem pretende problematizar os movimentos sociais, espaços onde a educação popular se faz presente enquanto paradigma educativo norteador das ações, como exemplos para verificar as dimensões constitutivas da questão social, a saber, o conjunto de desigualdades oriundas da sociedade de classes e os mecanismos de resistência e rebeldia por parte daqueles que as vivenciam.

Este estudo, quanto aos procedimentos metodológicos, foi realizado a partir de uma pesquisa bibliográfica com a posterior sistematização dos materiais considerados mais pertinentes através de fichas de leitura, facilitadoras do processo de construção do texto. O trabalho está norteado pela concepção histórico-crítica.

Pensar a educação popular no contexto da questão social pode contribuir para, entre outros aspectos, unir perspectivas de análise e intervenção no real de caráter crítico, produzindo-se, assim um debate necessário para repensar os processos que geram desigualdades sociais, bem como os mecanismos de torná-los reconhecidos, sobretudo por aqueles que as vivenciam.

2. COMPREENDENDO QUESTÃO SOCIAL E REFLETINDO SOBRE OS SEUS DESDOBRAMENTOS NA EDUCAÇÃO

Questão social é um termo frequentemente utilizado sob os mais diversos sentidos e por diferentes segmentos sociais. Assim, os muitos entendimentos e formas de uso desta terminologia impõem a necessidade de abordar algumas considerações acerca do concepção de questão social norteadora deste estudo.

Vários autores do campo das ciências sociais estudam questão social, a exemplo de Ianni (1989) que a compreende como sendo constituída de desigualdades e também de antagonismos, sendo estes produtos da sociedade em movimento. Para Castel (1995, p. 30), trata-se da “aporia fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura [...] É um desafio que interroga a capacidade de uma sociedade [...] para existir como um conjunto ligado por relações de interdependência.”

Santos (2008, p. 27) atenta para o fato de que

O conceito “questão social”, em face de seus propósitos conservadores, não traz necessariamente com ele as premissas subjacentes à análise da lei geral da acumulação capitalista: essa foi uma aporia ao conceito quando de sua incorporação por autores do Serviço Social brasileiro. Pode-se dizer, assim, que houve uma releitura do conceito que apresenta uma potencialidade totalizadora a ser explorada, especialmente por designar de modo articulado uma série de manifestações encaradas tradicionalmente de forma isolada, configurando os chamados “problemas sociais”.

A partir do pensamento desta autora, cabe lembrar que, embora não seja uma categoria de análise específica da área do Serviço Social¹, este incorporou ao debate da questão social novos elementos, especialmente a partir de uma perspectiva teórica crítica². Assim, para Yamamoto, questão social é apreendida como um

¹ É importante destacar que a questão social torna-se central para o Serviço Social, uma vez que a profissão passa a reconhecer (especificamente nas expressões da questão social), seu objeto de trabalho. Inclusive, as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, reconhecem a relação do Serviço Social com a questão social como “fundamento básico de sua existência” (ABEPSS 1996, p. 6).

²De acordo com Yamamoto (2001, p. 13), “questão social é um termo estranho ao universo marxiano [...] entretanto os processos sociais que ela traduz encontram-se no centro da análise de Marx sobre a sociedade capitalista”.

[...] conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho –, das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos (IAMAMOTO, 2001, p. 16).

Nesta definição evidencia-se claramente os processos que levam às desigualdades sociais, constituintes da questão social, ou seja, a relação conflituosa entre capital e trabalho. Em consonância com essa compreensão, Netto, diz que a questão social está diretamente relacionada com a própria constituição do desenvolvimento capitalista, sendo, portanto inerente à sociabilidade do capital. Dessa forma, o autor defende que somente com a supressão deste haveria a superação da questão social (NETTO, 2001).

De acordo com Heidrich (2006, p. 2) “é possível vincular o surgimento da questão social com o surgimento da classe trabalhadora e identificá-la no momento em que a contradição fundamental do capitalismo, como modo de produção social, se desenvolve e se revela”. A expressão passa a ser inicialmente utilizada e em meados do século XIX no contexto da Europa Ocidental, que vivia os impactos da industrialização, para designar o fenômeno do pauperismo, como lembra Netto (2001). Dessa forma, identifica-se que

nas sociedades anteriores à ordem burguesa, as desigualdades, as privações, etc. decorriam de uma escassez que o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas não podia suprimir (e a que era correlato um componente ideal que legitimava as desigualdades, as privações, etc.); na ordem burguesa constituída, decorrem de uma escassez produzida socialmente, de uma escassez que resulta necessariamente da contradição entre as forças produtivas (crescentemente socializadas) e as relações de produção (que garantem a apropriação privada do excedente e a decisão privada da sua destinação). A “questão social”, nesta perspectiva teórico-analítica, não tem a ver com o desdobramento de problemas sociais que a ordem burguesa herdou ou com traços invariáveis da sociedade humana; tem a ver, exclusivamente, com a sociabilidade erguida sob o comando do capital (NETTO, 2001, p. 46).

O que se pode observar é que a pobreza que sempre se fez presente em diferentes períodos históricos, no período inicial dos processos de industrialização, estava aumentando na mesma medida em que aumentava a produção de riquezas. Tal análise, portanto, também vincula a questão social de forma direta ao modo de produção em curso.

Há que se contextualizar a polêmica em torno da existência de uma nova questão social, ideia defendida por autores como Castel; Rosanvallon; Heller e Féhér, de acordo com o exposto na obra de Pastorini (2004). Para estes autores, os problemas que se configuram na cena contemporânea são outros muito diferentes daqueles que estavam na base da constituição da questão social, como foi explicitado anteriormente. No entanto, essa mesma autora

contrapõe essas ideias ao afirmar que “existem novidades nas manifestações imediatas da questão social, o que é bem diferente de afirmar que a questão social é outra” (PASTORINI, 2004, p. 14). Assim, entende-se que uma mesma questão social, ainda latente, assume novas configurações e também, por isso, certamente passa a exigir novas formas de enfrentamento.

Concorda-se com Yamamoto (2001, p. 21), quando esta diz que “a velha questão social metamorfoseia-se, assumindo novas roupagens”. Assim não se corre riscos de perder a historicidade que permeia a concepção de questão social aqui apresentada, tão pouco se sugere que a questão social tão qual surgiu no contexto anteriormente explicitado já tenha sido solucionada, visto que, ela ainda persiste, embora sofrendo reconfigurações importantes no cenário contemporâneo.

Tais reconfigurações estão atreladas às modificações ocorridas no âmbito do Estado capitalista, tendo em vista, o advento dos preceitos neoliberais. Em síntese, “o capitalismo avançou na sua vocação de internacionalizar a produção e os mercados, aprofundando o desenvolvimento desigual e combinado entre nações e no seu interior entre classes e grupos sociais [...]” (Yamamoto, 2009, p. 14). Para Garcés (2006), em relação ao continente americano, identifica-se uma manutenção ou até mesmo um aumento das desigualdades sociais e outras formas de opressão e domínio sobre os pobres.

Esses redimensionamentos no Estado repercutem na questão social, sobretudo produzindo novas manifestações na atualidade, além do trato diferenciado que se dispensa às suas expressões: ora repressão, ora benesse. Destaca-se também o caráter focalizador das políticas sociais que apresentam-se com traços pontuais, paliativos que, muitas vezes, reiteram a subalternidade dos sujeitos e mantêm o chamado *status quo*.

A educação, enquanto política pública sofre impactos significativos que merecem atenção. Ela passa de direito social para o *status* de serviço mercantil (FRIGOTO, 2011). Este autor se refere à “ditadura do mercado na educação” (idem, p. 241) e explica que

Desse desfecho resulta que no plano estrutural se reiteram as reformas que mudam aspectos do panorama educacional sem alterar nossa herança histórica que atribui caráter secundário à educação como direito universal e com igual qualidade. Não só algo secundário mas desnecessário para o projeto modernizador e de capitalismo dependente aqui viabilizado. (ibidem, 242).

Ressalta-se que a educação, dentro do sistema de produção em curso preocupa-se de forma central em atender as necessidades impostas pelo capital. Dessa forma, apoiando-se em Rabelo, Segundo e Jimenez (2009), é considerado pertinente enfatizar que o papel atribuído à educação sempre sofre variações conforme os contextos societários vigentes, porém o que se

observa na atualidade é que ela tem servido não mais para pensar a construção do “homem livre e pleno, mas de ajustar os indivíduos aos ditames do trabalho explorado, que é o motor fundamental da dinâmica do capital.” (RABELO *et. al*, 2009, p. 4) Em contrário, as autoras alertam para o fato de que o há um projeto educacional voltado para assegurar a reprodução do capital que se efetiva pela negação de um conhecimento capaz de revelar as determinações do real, “acoplada à manipulação ideológica das consciências, com vistas à naturalização da exploração e de seus desdobramentos no plano da desumanização crescente do próprio homem.” (idem). Nesse sentido, propõe-se a seguinte reflexão:

A educação institucionalizada, especialmente nos últimos cento e cinquenta anos, serviu –no seu todo– o propósito de não só fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista mas também o de gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes, como se não pudesse haver nenhum tipo de alternativa à gestão da sociedade ou na forma "internacionalizada" (i.e. aceite pelos indivíduos "educados" devidamente) ou num ambiente de dominação estrutural hierárquica e de subordinação reforçada implacavelmente. (MÉSZÁROS, 2007, p. 111)

Mészáros (2007) ainda vai dizer que o capital tem como regra assegurar que os indivíduos interiorizem os objetivos dele como sendo seus próprios objetivos e nisso, “as instituições de educação formais são uma parte importante do sistema global da interiorização” (idem, p. 116), embora, como bem lembra o autor, não somente elas.

Contudo, cabe ressaltar, com base em Ribeiro (2002, p. 115), que “[...] pensadores modernos identificam a educação como um caminho para a conquista de direitos sociais.” A autora já referida explica que

A educação é reconhecida, pela maior parte dos autores que tratam da cidadania, como um direito essencial enquanto propiciador das condições necessárias à inclusão no espaço público, ou seja, no campo da participação política. O direito ao acesso à educação para todos os cidadãos traduz a afirmação de um bem comum à comunidade política e ao compartilhamento, por parte de seus membros, do conhecimento como um valor. Porém, a inexistência da possibilidade de realização do direito à educação, ou a insuficiência de condições para o seu exercício, implica também que a igualdade de direitos e deveres de cidadania está anulada ou prejudicada (RIBEIRO, 2002, p. 124).

Assim, pode-se inferir que a educação, apesar de não estar isenta das implicações do contexto capitalista vigente também é capaz de promover problematizações, em diversos espaços da sociedade sobre a realidade social, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia dos sujeitos, além do desenvolvimento de uma conscientização destes que, por sua vez, pode fazer com que as pessoas se insiram no processo histórico enquanto sujeitos, como

diz Freire (2014). Para este autor, superar uma “situação opressora” requer necessariamente “o reconhecimento crítico, a ‘razão’ desta situação, para que, através de uma ação transformadora que incida sobre ela, se instaure uma outra que possibilite aquela busca do ser mais” (FREIRE, 2014, 46).

Voltando às ideias de Freire (2013, p. 96), ressalta-se que é necessário compreender a educação como uma “forma de intervenção no mundo” que “implica tanto o esforço de *reprodução* da ideologia dominante quanto o seu *desmascaramento*”. É justamente essa qualidade da educação de poder desmascarar uma certa ideologia dominante que permite pensá-la enquanto uma estratégia potente para o desvelamento da questão social bem como o enfrentamento de suas manifestações.

Não se quer com as formulações apresentadas no decorrer deste texto, responsabilizar unicamente a educação pela transformação social. O que se pretende é sinalizar para o potencial que ela possui de contribuição nesse processo.

3 EDUCAÇÃO POPULAR E QUESTÃO SOCIAL: UMA ARTICULAÇÃO POSSÍVEL?

Quando compreende-se que a educação vai além dos espaços formais como a escola, caminha-se para um entendimento de que a aprendizagem e a produção de saberes certamente podem ocorrer em outros tantos espaços, tidos como não formais, dentre eles, os movimentos sociais, por exemplo (GOHN, 2011). As mudanças societárias acima referendadas, dialogam diretamente com a educação popular que necessita entender essas modificações levando em consideração saberes e práticas das camadas populares que mais sofrem seus impactos.

No contexto da América Latina, a educação popular tem como pressupostos teórico-metodológicos àqueles ligados à uma educação libertadora. Isso quer dizer que pressupõe uma educação que vá além da mera preparação de indivíduos para o mercado de trabalho, mas impõe a necessidade de projetar uma educação capaz de libertar os sujeitos das amarras de cunho social, econômico e político impostas pelo sistema de produção vigente (ROSA, 2013).

Essa proposta de horizonte educacional “deverá buscar a articulação de propostas voltadas aos diferentes segmentos populares, embasada em uma sólida fundamentação teórica, numa perspectiva emancipatória, associando-se ao desenvolvimento científico e tecnológico” (ROSA, 2013, p. 132).

Com base no documento intitulado “Marco de Referência da Educação Popular para as Políticas Públicas” (2014), é possível afirmar que a educação popular no Brasil está muito vinculada à práticas e experiências junto às classes populares, em espaços, muitas vezes não formais como fábricas, campo, igrejas, entre outros. Os sujeitos envolvidos fazem parte de diferentes grupos sociais constituintes da classe trabalhadora com ênfase naqueles que se encontram em situação de pobreza, sem acesso ou com acesso precário aos seus direitos de cidadania (portanto, são aqueles que sofrem diretamente as expressões da questão social). Há que se ressaltar também, ainda referindo-se às práticas de educação popular, que elas também estão presentes em experiências ocorridas no âmbito da educação formal, além dos espaços institucionais dos entes federados.

Cabe lembrar que a educação popular tem um longo percurso no Brasil e em toda América Latina. Contudo, não se pode deixar de sinalizar as propostas de Paulo Freire, no início dos anos 1960, quando passou a se consolidar, de fato, o que hoje é identificado como Educação Popular que ganha ainda mais importância a partir dos anos 70, conforme Guevara (2006). Em síntese, pode-se dizer que a educação popular é

uma concepção prático/teórica e uma metodologia de educação que articula os diferentes saberes e práticas, as dimensões da cultura e dos direitos humanos, o compromisso com o diálogo e com o protagonismo das classes populares nas transformações sociais. Antes de inserir-se em espaços institucionais consolidou-se como uma ferramenta forjada no campo da organização e das lutas populares no Brasil, responsável por muitos avanços e conquistas em nossa história (SNAS, 2014).

É importante ressaltar que a educação popular pressupõe diferentes intencionalidades conforme os grupos que a impulsionam. Para Guevara (2006), apoiado nas ideias de Freire é possível dizer que o educador, de forma alguma é neutro, ou seja, há sempre um determinado conjunto de princípios e valores políticos assumidos que vão nortear as suas ações. Ainda com base em Guevara (2006, p. 214), compreende-se que a educação popular pressupõe um “processo dialético de construção de conhecimento a partir da prática, de teorizar sobre ela, de voltar à prática”. Dessa maneira, sujeitos dialogam e se educam mutuamente tendo como marco de referência uma leitura crítica da realidade sobre a qual têm o intuito de transformar. Nesse sentido,

o que justifica a Educação Popular é o fato de que o povo, no processo de luta pela transformação popular, social, precisa elaborar o seu próprio saber... Estamos em presença de atividades de educação popular quando, independentemente do nome que levem, se está vinculando a aquisição de uma saber (que pode ser muito particular ou específico) com um projeto social transformador. (La Educación

Para Brandão (2009) a educação popular pode também ser apreendida enquanto uma ferramenta de conscientização que faz da consciência de classe um norteador das suas ações. Tais ações, destaca o autor, podem ocorrer em qualquer situação onde, partindo da reflexão sobre as práticas de movimentos sociais/populares, as pessoas trocam suas experiências, aprendendo e instrumentalizando-se.

Dessa forma, parece correto inferir que a educação pode possibilitar uma apreensão crítica das situações de miséria, desemprego/subemprego, de não acesso à saúde, educação e outros direitos sociais, ou seja, um desvelamento crítico da realidade que impulsiona a sua transformação.

Como os atores sociais sabem da importância que o saber tem na sociedade em que vivem, o direito à educação passa a ser politicamente exigido como uma arma não violenta de reivindicação e de participação política. Desse modo, a educação como direito e sua efetivação em práticas sociais se convertem em instrumento de redução das desigualdades e das discriminações e possibilitam uma aproximação pacífica entre os povos de todo o mundo (CURY, 2002, p. 261).

Por todos os aspectos aqui apresentados, pode-se considerar a educação popular como um paradigma educativo potente para o enfrentamento das chamadas expressões da questão social, uma vez que contribuiu com processos de tomada de consciência e emancipação social dos sujeitos. De acordo com Iamamoto (2008), os processos investigativos da realidade podem se configurar enquanto um espaço de luta e de resistência. A autora afirma que se trata de uma atividade que possibilita a elaboração de alternativas ao enfrentamento da questão social. Alternativas para além das políticas neoliberais que permitam pensar em políticas sociais mais efetivas, assim como a atuação de movimentos cujos protagonistas sejam a classe subalterna.

3.1 MOVIMENTOS SOCIAIS COMO ESPAÇO DE VIVÊNCIA E RESISTÊNCIA ÀS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL

Primeiramente, acredita-se ser fundamental apresentar a concepção de movimentos sociais, enfoque desta parte do texto que dá continuidade à discussão. Assim, concorda-se com Gohn que os compreende como sendo “ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas” (Gohn, 2008 apud Gohn, 2011, p. 335). Cabe lembrar, com base na autora já

citada, que tais movimentos podem assumir uma postura de apenas denúncia de uma determinada realidade como também podem apresentar-se como mecanismos de pressão e mobilização social.

Também dialoga-se com a seguinte definição que compreende por movimentos sociais

[...] todas as formas de mobilização dos indivíduos das classes populares directamente relacionados com o processo de produção, tanto na cidade como no campo. Os movimentos populares incluem as associações de moradores (subúrbio) na periferia, os clubes de mães, as associações de favelas, os grupos de apropriação ilegal de terras, as comunidades de base Cristã, os grupos organizados em torno da luta pela terra e outras formas de luta, e as organizações populares.” (Documento de São Bernardo, 1980, p. 4).

Há que se ter em vista também as principais características desses espaços. Entre elas está o fato de possuírem uma identidade, de se articularem a um determinado projeto de sociedade e geralmente possuírem um opositor, além de apresentarem uma continuidade ou até mesmo uma permanência (GOHN, 2011).

A autora acima referenciada explica que os movimentos sociais possuem um caráter eminentemente educativo que reside no próprio ato de viabilizar a participação social, onde ocorrem aprendizagens coletivas. Também atenta que a relação dos movimentos com a educação pode ser melhor percebida sob os dois seguintes aspectos: “na interação dos movimentos em contato com instituições educacionais, e no interior do próprio movimento social, dado o caráter educativo de suas ações” (GOHN, 2011, p. 333).

Desse modo, para Garcés (2006), a Educação Popular deve ser concebida como um dos componentes das dinâmicas dos movimentos sociais que contribui nos processos de tomada de consciência individual e coletiva, além de contribuir também com o fortalecimento da democracia.

Conforme Gohn (2011, p. 336), “os movimentos realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas, atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social”. A partir dessas considerações, cabe problematizar as dimensões constituintes da questão social em suas relações com a educação popular, em específico, com um espaço onde esta se materializa, ou seja, o espaço dos movimentos sociais.

Fica explícito o caráter de resistência que possuem, em geral, os movimentos sociais. Trata-se de uma oposição à certa realidade social vivenciada ou identificada. Sugerem um reconhecimento dos processos de opressão/alienação que são instaurados no âmbito desta sociedade, responsáveis por mascarar a real causa daqueles tidos como “problemas sociais”.

Assim, para além de reconhecer tudo isso, há que se pôr em causa essas questões, há que se publicizar as contradições oriundas da relação conflituosa entre capital e trabalho. É preciso evidenciar as múltiplas expressões da questão social. Essa resistência ou rebeldia é, portanto, exercida em espaços como os movimentos sociais. E a educação popular, cujos pressupostos estão presentes em espaços como estes, certamente, contribui para que amplos segmentos sociais tenham acesso a um saber compartilhado que, por sua vez, vai contribuir para desvendar a questão social e, por isso, criar estratégias para seu enfrentamento.

É justamente esse embate político que, para Pereira (2001), é central na explicitação da questão social. A autora defende que o confronto se dá em meio às necessidades impostas pelo sistema capitalista com os sujeitos pressionando para desnudar e tornar públicas as forças que os oprimem. Para Schons (2007, p. 11, grifos nossos), esse embate também é de fundamental importância:

para desvendar a questão social hoje é [...] necessário explicitar em que consiste a nova expressão do capital na reestruturação produtiva, mostrar quais as conseqüências e, sobretudo, apontar **de onde vêm e quem são as vozes ou as formas que a denunciam, exigindo atendimento.**

Diante desses aspectos, considera-se pertinente, para além de reconhecer a subalternidade de amplos segmentos populares e os processos sociais que contribuem para reiterá-la, também denunciá-los e a eles resistir e se opor. Nisso, a educação popular é uma ferramenta imprescindível, já que contribui em processos de conscientização da classe popular com a valorização de seus saberes e experiências para, a partir deles promover mudanças. Dito de outro modo, a educação popular pode desvelar a questão social em suas múltiplas expressões e pôr em pautas públicas seu reconhecimento e enfrentamento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação popular, através das suas práticas de cunho emancipatório pode ser considerada uma estratégia importante, primeiro para o desvelamento da questão social, segundo para o seu enfrentamento, tanto por parte de profissionais atuantes no âmbito social/educacional, como também, e sobretudo, por parte dos sujeitos que em seu cotidiano de vida têm materializadas as expressões da questão social, ou seja, que vivenciam as mais distintas situações de desigualdades sociais e a elas resistem e se opõem.

A educação popular, ligada aos movimentos sociais tem muitas interfaces com a questão social. Os movimentos normalmente partem de uma dada realidade, da experiência

direta da classe trabalhadora em relação aos “problemas sociais” vivenciados por ela, aqui compreendidos numa dimensão teórica crítica como desdobramentos da questão social, e, para além dessa experiência, problematizam, denunciam e pressionam para mudanças. Nesse sentido, a educação popular se faz continuamente presente como um mecanismo potencializador da apreensão crítica de processos opressores, por vezes naturalizados em nosso cotidiano ou pouco discutidos nos espaços formais de ensino.

Nesse sentido, concorda-se com Schons (2007) quando a autora diz que a resistência ainda é um elemento em construção e que as manifestações da questão social, ou seja, as desigualdades sociais que se apresentam em nosso cenário contemporâneo requerem precisamente o elemento da resistência, da oposição e, conseqüentemente do embate político.

Não se deve ignorar que a educação, de forma geral, sofre impactos severos enquanto política pública que tem seu papel social redimensionado para atender a determinados interesses das classes dominantes. Contudo, ainda assim, conserva a possibilidade de fazer frente à esta realidade e pensar em outras alternativas possíveis.

Buscou-se com este estudo evidenciar que a educação, embora não somente ela, tem um papel de extrema relevância para o desocultamento dos processos societários de opressão e exclusão de inúmeros segmentos populacionais que ficam alheios à apropriação da riqueza socialmente produzida. Essas discussões permitem pensar na educação popular enquanto uma via de compreensão e reconhecimento da questão social e espaços como os movimentos sociais podem ser os grandes responsáveis pela sua inserção na agenda política contemporânea.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Carlos Rodrigues; ASSUMPÇÃO, Raiane. *Cultura rebelde: escritos sobre a educação popular ontem e agora*. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009

CASTEL. Robert. *As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário*. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 1998

CERQUEIRA FILHO, G. *A Questão Social no Brasil. Crítica do discurso político. Retratos do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982

CURY, Carlos Roberto Jamil. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. *Cadernos de Pesquisa*, n. 116, julho/ 2002. *Cadernos de Pesquisa*, n. 116, p. 245-262, julho/ 2002

Documento de São Bernardo, 1980. Disponível em:<
http://www.koinonia.org.br/protestantes/uploads/novidades/Tempo-e-Presenca_164.pdf>
Acesso em 07 mai. 2016

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 57ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014

_____. *Pedagogia da autonomia*. 46ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013

FRIGOTTO, Gaudêncio. *Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI*. Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 46 jan./abr. 2011

GARCÉS, Mário D. Educação popular e movimentos sociais. IN: PONTUAL, Pedro; Timothy Ireland (organizadores) *Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas*. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2006

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação* v. 16 n. 47 maio-ago. 2011

GUEVARA, Nicolás. A educação popular no século XXI. IN: PONTUAL, Pedro; Timothy Ireland (organizadores) *Educação Popular na América Latina: diálogos e perspectivas*. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2006

HEIDRICH, Andréa Valente. Transformações no Estado Capitalista: refletindo e refratando transformações na questão social. *Revista Virtual Textos e Contextos*, nº 5, nov. 2006

IAMAMOTO, Marilda Vilela. *O Serviço Social na Cena Contemporânea*. IN: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília, 2009

_____. *A Questão Social no Capitalismo*. IN: Temporalis/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, n. 3, (Jan/Jul. 2001). Brasília: ABEPSS, Graflini, 2001

_____. *Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche*. Capital Financeiro, Trabalho e Questão Social. São Paulo: Cortez, 2008

IANNI, Octavio. A Questão Social. *Revista USP*. São Paulo, 1989. Disponível em:<
<http://www.usp.br/revistausp/03/17-octavio.pdf>> Acesso em 07 mai. 2015

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. *Revista Theomai*. N. 15, 2007. Disponível em:<
http://revista-theomai.unq.edu.ar/NUMERO15/ArtMeszaros_15.pdf>. Acesso em 07 mai. 2016

NETTO, José Paulo. *Cinco Notas a Propósito da Questão Social*. IN: Temporalis/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, n. 3, (Jan/Jul. 2001). Brasília: ABEPSS, Graflini, 2001

PASTORINI, Alejandra. *A Categoria Questão Social em Debate*. São Paulo: Cortez, 2004

PEREIRA, Potyara A. P. *Questão Social, Serviço Social e Direitos de Cidadania*. IN:

Temporalis/Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Ano 2, n. 3, (Jan/Jul. 2001). Brasília: ABEPSS, Graflini, 2001

RABELO, Jacklini; SEGUNDO, Maria das Dores Mendes; JIMENEZ. Educação para todos e reprodução do capital. *Revista Trabalho Necessário*. Ano 7, n. 9, 2009

RIBEIRO, Marlene. Educação para a cidadania: questão colocada pelos movimentos sociais. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.28, n.2, jul./dez. 2002

ROSA, Geraldo Antonio da. Educação popular em assentamento do movimento dos sem-terra: inclusão, vez e voz dos segmentos populares. *Educação Temática Digital*. Campinas – São Paulo, 2013. v.15, n. 1, p. 127-144

SANTOS, Josiane Soares. *Particularidades da “questão social” no capitalismo brasileiro*. (Tese de doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ: Rio de Janeiro, 2008

SCHONS, Selma Maria. Questão social hoje: a resistência, um elemento em construção. *Revista Emancipação*, 7(2): 9-39, 2007. Disponível em:<<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/96/94> > Acesso em 07 mai. 2016